

“ARTES DE CRIAR” EM TEMPOS SOMBRIOS:

Mulheres, Ditadura e Prisão

TATIANNE ELLEN CAVALCANTE SILVA*

RESUMO

O presente artigo pretende discutir as vivências de mulheres militantes que foram presas políticas durante o período de ditadura civil-militar brasileira. Para tanto o artigo tem como objetivo analisar os relatos de memórias contidos no documentário *Vou contar para meus filhos* (2011) da cineasta Tuca Siqueira, tendo como foco as narrativas sobre o período em que foram presas no DOPS e/ou DOI-CODI e na Colônia Penal do Bom Pastor- PE, entre os anos de 1969-1979. Esta discussão surge a partir do seguinte questionamento: Como foi possível para estas mulheres resistirem ao regime militar, à prisão e a tortura? Para refletir sobre tal questão direcionamos as argumentações para a solidariedade, os laços de amizade, a construção dos afetos e a potencialização dos encontros. Pensando estes enquanto produtores de resistências, experiências e potencializadores de ações

Palavras-chave: Mulheres; Ditadura; Resistência.

ABSTRACT

This paper discusses the experiences of women activists that were arrested during the Brazilian civil-military dictatorship. Therefore, the article aims to analyze the reports of memory contained in the documentary *Vou contar para meus filhos* (2011), from the filmmaker Tuca Siqueira, focusing on the narratives of the period in which they were arrested in the DOPS, DOI-CODI and the Colônia Penal do Bom Pastor-PE, between the years of 1969-1979 from the following question: how was it possible to resist the military regime, the arrest and torture? To reflect on this question, the arguments are directed for solidarity, friendship, the construction of affection and potentiation of meetings, thinking these as producers of resistance, experience and potentiating of actions. We lay hold of authors as the philosopher Gilles Deleuze and Michel Foucault and the historian Susel Oliveira da Rosa, among others.

Keywords: Women; Dictatorship; Resistance.

* Mestranda em História pela Universidade Federal da Paraíba.
E-mail: tatiannecss@gmail.com

Introdução

O ano de 1964 e os vinte e um anos que se seguiram, foram para o Brasil “tempos sombrios”. Uma Ditadura civil-militar se instaurara no país e junto a ela a perca dos direitos civis e políticos assolaram a população. Eram tempos difíceis, de brutalidade, aprisionamento, exílio, torturas. Nos porões da ditadura brasileira, a ordem era a extinção da vida, dos ideais e da memória daquelas/es que confrontavam o sistema. A maneira que se encontrou para (sobre)viver foi através da solidariedade, do altruísmo, o cuidado de si e dos outros.

A tortura passou a ser sistematizada, institucionalizada, após a criação do AI-5¹. A ditadura civil-militar para se perpetuar, instaurou um sistema padronizado de repressão. Que se faz perceptível através do treinamento que os militares recebiam para o exercício da prática da tortura e interrogatórios². O corpo se torna objeto de tortura ao mesmo tempo em que é objeto torturado.

Universidades, hospitais, igrejas, delegacias e escolas estavam minadas por interventores, pessoas que comungavam com o regime autoritário e que o faziam funcionar cotidianamente. As palavras – subversiva/o e terrorista/o – tornaram-se epidêmicas e se propagavam a cada esquina, restaurante, ônibus, praças ou qualquer outro lugar onde estivessem duas ou mais pessoas conversando³. Porém, estes espaços eram também fecundos para potências positivas, bons encontros, elaboração de afetos, práticas da solidariedade, por parte daquelas/es que militavam contra o regime autoritário.

Ao ouvir os depoimentos contidos no documentário *Vou contar para meus filhos*, da cineasta Tuca Siqueira (2011)⁴, é importante deixar claro que para a tessitura deste artigo não contemplamos a fala de todas, privilegiamos as que nos ajudam a arguir sobre o tema proposto, focando em narrativas que nos ajude a compreender o período em que foram presas políticas na Colônia Penal do Bom Pastor, na cidade de Recife - Pernambuco, narrando suas vivências na vida de militância em organizações de esquerda e suas experiências na prisão. Múltiplas indagações são possibilitadas, mas uma talvez seja o fio que dá forma ao bordado tecido pelas memórias narradas por estas: O como foi possível resistir a tudo isto?

Em meio aos relatos de dores físicas, psicológicas e das múltiplas outras que palavras não descrevem; nas falas sobre os ideais, a clandestinidade, o exílio e a tortura que mostram de forma contundente as marcas ainda existentes, visíveis e invisíveis. A pergunta: como sobreviver à clandestinidade, a violência, a prisão, a tortura? Parece inevitável.

1 O Ato Institucional número 5 (AI-5) foi promulgado dia 13 de dezembro de 1968. E dava plenos poderes ao então Presidente da República o General Costa e Silva de cassar mandatos parlamentares, de intervir nos estados e municípios, cassar os direitos políticos de qualquer civil por um período de até dez anos e suspender a garantia de habeas-corpus. Para maiores informações ver: D'ARAÚJO, Maria Celi-ana. *O AI-5*. In: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>, acesso em: 20 de abril de 2016.

2 SILVA, Marcília Gama. *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964/1985)*. Recife: Editora UFPE, 2014.

3 FICO, Carlos. *Como eles agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

4 O documentário é produzido a partir dos relatos orais de 21 mulheres que foram presas políticas durante a ditadura civil-militar e que ficaram presas na Colônia Penal do Bom Pastor- PE, entre os anos de 1969-1979, durante esta década, 24 presas políticas passaram pela Colônia, três destas mulheres: Selma Bandeira, Áurea Bezerra e Maria Helena, não participam do documentário por já terem falecido na época da produção do mesmo. Nome das militantes políticas que participam do documentário: Ana M^a Fonseca; Cleusa M^a Aguiar; Dulce Chaves Pandolfi; Eridan Magalhães; Eriá Rodrigues; Gilseone-Consenza; Helena Serrazul; Lília Gondim; Lyliá da Silva Guedes; M^a Aparecida dos Santos; M^a do Socorro Diógenes; M^a do Carmo Tomaz; M^a Quintela de Almeida; M^a Teresa Vilaça; M^a Yvone Ribeira; Nancy Mangabeira Unger; Rosa M^a dos Santos; Sonia Beltrão; Vera Stringuini; Vera Rocha Dauster; Yara Falcon.

Tal questão já levantada por outras pesquisadoras⁵ será a indagação condutora deste escrito. E para tecer algumas considerações sobre: como foi possível resistir ao regime ditatorial, militando contra o regime e tornando-se presa política? O artigo tem como objetivo analisar os relatos de memória contido no documentário *Vou contar para meus filhos*⁶, tendo como foco as narrativas sobre o período em que foram presas, no DOPS e/ou DOI-CODI e na Colônia Penal. Direcionando as argumentações para a solidariedade, os laços de amizade, a construção dos afetos e a potencialização dos encontros.

Dito isto, sinalizamos que ao trabalharmos com testemunhos, relatos de memórias não podemos prescindir do fato de que a relação com o passado que estabelecemos pela memória está ligado ao presente, como analisa Jeanne Marie Gagnebin⁷. Os relatos de memória estão, desta forma, em constante fluxo, sofrendo interferências circunstanciais, a exemplo do que foi evocado da memória, caso este vivenciado pelos relatos aqui trabalhados, haja vista que ao serem convidadas para participar da produção documental, se tinha o foco do que se queria contar, qual memória se precisava interpelar: as memórias do período de militância, de prisão, tortura e as relações entre essas mulheres no contexto de prisão política.

Desta forma, como afirma Meihy⁸, às narrativas de memória são integradas de três pontos que devem ser levadas em consideração “O que foi lembrado, como foi narrado, em que circunstância foi evocada, o fato.” Reafirmando a ideia da memória em constante fluxo, reconstruída pelas experiências do presente. Nestas imbricações entre passado e presente, nós historiadoras e historiadores traçamos reflexões acerca do tempo, da história enquanto experiência vivida e a história narrada. O lembrar, sendo este uma das facetas da memória, ganha novos sentidos sociais, de rememoração, de “reparação”, um compromisso com o presente e como disse Flávia Schilling “lembrar é uma das formas contemporâneas de resistir.”⁹

Dilacerando o Corpo ou Do Período Presa no DOPS e/ou DOI-CODI

Que corpo é esse que já não se aguenta?

Que resiste ao limiar

Que desaba sobre si

Músculos e ossos

Poros e narinas

Olhos e joelhos

Seios, costas, cataratas

Suas torres de vigia

Que corpo é esse?

Que pulsa, escuta,

5 A exemplo, da cineasta Lúcia Murat, em seu documentário *Que bom te ver viva* (1989).

6 VOU CONTAR PARA MEUS FILHOS. (Brasil, 2011) Direção: Tuca Siqueira. Produção: Hamilton Filho, Luisa Malu. Roteiro: Tuca Siqueira. Distribuidora: Cabra Quente filmes. Gênero: Documentário. Duração: 24 min.

7 GAGNEBIN. Jeanne Marie. *Entrevista: Memória*. 2013. Acesso em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dr7JloqxFFU>. Acesso: 05 de julho de 2015.

8 MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de historia oral*. Loiola. ed 5ª. São Paulo. 2005, p.61.

9 Flávia Schilling, mulher, militante, brasileira, presa em cárcere uruguaio e torturada no período de ditadura civil-militar. Na apresentação escrita para a terceira parte do livro: ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”*. São Paulo, Intermeios, Fapesp, 2013.

Expulsa, abraça
Comporta, contém
O corpo ocupa!
O corpo não é culpa
O corpo, a culpa, o espaço
Que corpo é esse?
Que corpo é esse?
Que protege, reage
Que é origem e passagem
Que corpo é esse que já não se aguenta?
Que se esgota
E não se resgata
Aqui
Por enquanto
É tudo ainda!

(Música: *O corpo, a culpa, o espaço*. O teatro mágico. 2014)

O poeta pergunta “Que corpo é esse?” É o corpo mulher, é o corpo militante, é o corpo que ousou lutar. “Que corpo é esse que já não se aguenta?” É o corpo no estado de exceção, corpo que se tentou disciplinar. É o corpo torturado. “Que corpo é esse? Que pulsa, escuta, expulsa, abraça, comporta, contém.” É o corpo que resistiu, *burlou, criou*. São corpos diversos que se exauriram, se extinguíram sufocados pela tirania tornaram-se desaparecidos nas águas salgadas do mar. Mas são também corpos que suportaram que vão além de ossos, carne, músculos e pele. Que não se consegue explicar o como e por que, de ainda existirem, de resistirem.

Falar do período em que as mulheres, sujeitos desta pesquisa, estiveram presas no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e/ou o Destacamento de Operações de Informações- Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) é pensar sobre esses corpos, sobre esses sujeitos. É tentar entender como funcionou a aparelhagem do sistema repressivo, como o poder sobre “a vida e morte”¹⁰ se exerceu/exerce dentro do sistema repressivo do Estado brasileiro. É indagar-se sobre sujeitos capturados. Mas acima de tudo, e este é o foco deste tópico, é captar nos relatos de memória destas mulheres, como foi possível resistir a esse sistema de captura? ou em outras palavras, como foi possível traçar linhas de fuga?

A violência, a brutalidade, a expressão do Estado de exceção, como conceitualiza Giorgio Agamben¹¹, “define um ‘estado de lei’ em que, de um lado, a norma está em vigor, mas não se aplica (não tem ‘força’) e em que, de outro lado, atos que não têm valor de lei adquirem sua ‘força’”, desta forma o que entra para a prática é uma força da ausência de lei, que já começava no momento da prisão, como relata Maria Quintela de Almeida:

[olhos, assim... o medo, o pavor, desconhecendo a gente algemada na rua, me levou até meu apartamento e levou tudo que tinha

10 FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

11 AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção. Homo sacer II, 1*. São Paulo: Boitempo, 2004, p.61

no apartamento[...] (Depoimento de Maria Quintela de Almeida)¹²

Relatos como este não são difíceis de encontrar. Alguns inclusive muito mais expressivos sobre a violência cometida pelos policiais, às narrativas de tiroteios, de contingente policial de números que chegam a 30 homens armados com armamento de alto calibre, a exemplo de fuzis, fazendo o cerco policial para a captura de apenas uma pessoa. A comparação do período ditatorial no Brasil, com o nazismo alemão também não é difícil de ser encontrada, na literatura sobre o tema e nos relatos dos homens e mulheres que militaram contra este sistema repressivo¹³.

Estar preso no DOPS ou DOI-CODI era um período de grandes incertezas, haja vista que na maioria dos casos, a prisão não era oficializada, ou seja, não havia nenhum aparato jurídico, que minimamente assegurasse os direitos da/o presa/o. Algumas das mulheres que foram presas nessas instituições contam que passaram em média dois meses presas de forma ilegal, sem nenhum registro de prisão, direito a advogada/o ou tendo comunicação com a família ou qualquer outra pessoa que estivesse fora daqueles muros. Como é o caso de Dulce Chaves Pandolfi, que em depoimento para o documentário nos conta como era o procedimento dos órgãos de repressão, no que diz respeito à prisão:

[...] mas tinha um momento que eles tinham que legalizar tua prisão, né... se você tivesse sobrevivido, se você escapou, se você não morreu, né... então ou eles te soltavam e aí nem tinha registro dessa fase, ou então você tinha que ir pra um quartel, e aí sim sua prisão estava legalizada, ou pra Secretária de Seguranças Públicas, ou para os tais quartéis, ou penitenciárias [...] (Depoimento de Dulce Chaves Pandolfi)

Os primeiros dias, ou semanas, em que passavam no DOPS e/ou DOI-CODI eram momentos de iminente perigo à vida. Pois nesse período as torturas e interrogatórios eram mais violentos. Sem nenhum tipo de pudor jurídico. Em caso de levar às/os torturadas/os a morte, desapareceriam com o corpo, sem precisar responder sobre o mesmo, haja vista não ter nenhum registro de passagem destas/es pela instituição.

Em Pernambuco, essas instituições, funcionaram nas instalações do Quartel do Quarto Exército, na cidade do Recife¹⁴. A ordem era arrancar qualquer informação que ajudasse a prender os integrantes das organizações contrárias ao governo militar. Literalmente **arrancar** as informações. E para isso tudo era válido, desde policiais exercerem performances de “bons samaritanos”, “Dom Juan” apaixonado pelas presas e que só “queriam ajudá-las” e que para isso elas precisavam cooperar, o que revela mais uma face do pensamento dos órgãos de repressão sobre as mulheres, como passíveis de serem conquistadas, entregues a paixões, isto em decorrência de atribuírem a estas estarem na prática da militância política para acompanharem “seus machos”, como relata Eridan Magalhães, até salas de tortura com animais de grande porte como jacarés.

Outras formas de torturas exercidas para se conseguirem informações e confissões são narradas pelas mulheres no documentário, como: a combinação da tortura no pau-de-arara – era um instrumento de tortura, onde as/os acusadas/os de subversão e/ou terrorismo, ficavam amarradas pelos punhos e atravessadas por uma barra de ferro entre os punhos e a

12 Todos os depoimentos citados neste artigo são retirados do Documentário *Vou contar para meus filhos*, da cineasta Tuca Siqueira, produzido no ano de 2011.

13 Para mais informações, ver referência: ARBEX, Daniela. *Holocausto brasileiro*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

14 Para mais informações sobre o funcionamento do DOPS-PE, ver: SILVA, Marcília Gama. *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964/1985)*. Recife: Editora UFPE, 2014.

dobra do Joelho, a barra de ferro ficava pendurada a alguns centímetros acima do solo – e o choque elétrico – onde dois eletrodos ligados ao telefone de campanha do exército, os dois fios condutores de energia eram amarrados em extremidades do corpo da torturada, geralmente orelhas e dedos mindinhos, ou em alguns casos apenas um fio condutor era amarrado e o outro era passado em várias partes do corpo, inclusive nos órgãos genitais. A combinação desses dois métodos de tortura é descritos pelas militantes como a mais terrível tortura.

Para fugir de tudo isso, foi necessário usar das artes das *burlas*, da inventividade, criação¹⁵. Foi necessário potencializar os momentos de alegria, poetizar a vida e crer nos ideais que as levaram a arriscar suas vidas. Eram esses pensamentos que davam forças e energizavam seus corpos para resistirem, e mesmo em momentos de dor e medo, a forma de resistir era entoando cantos folclóricos, como lembra Maria Quintela, ao dizer que escutava no DOPS-PE uma moça cantando uma música que pelas partes lembradas e cantaroladas pela mesma, tratasse de “Que lindos olhos”, uma cantiga de roda, geralmente dançada em ciranda, que com algumas falhas de memória os versos a seguir foram aparecendo, mesmo que incompletos: “Que lindos olhos, que lindos olhos têm você/ Que ainda hoje, que ainda hoje eu reparei/ Se eu reparasse, se eu reparasse a mais tempo/ Eu não amava, eu não amava a quem ame!”.

A ciranda, brincadeira/dança tradicional muito praticada em Pernambuco, onde pessoas cantam cantigas de roda, que trazem geralmente elementos da cultura popular e narrativa folclóricas, é dançada de mãos dadas, em passos que se encontram no centro da roda formada para a dança. O cantar de uma cantiga de roda é um elemento potencializador de laços de afetividades, naquele momento ainda mais forte, por carregar em si o símbolo de união entre as militantes, de estarem de mãos dadas, de companheirismo. Pois a ciranda não é feita com uma mão só, nem uma pessoa só.

Pois bem, se as noites eram terríveis, regadas a gritos de dor, pelas torturas praticadas, o jeito que se arrumou para resistir a tudo isso era tentando sobrepor o som desses gritos pela narrativa de textos e canções, como afirma Maria Quintela. Cantar era então a forma de minimizar as dores, mas também de fazer amizades e gerir denúncias, fazer contatos. Foi através da música utilizada para espantar os males, que Rosa Maria dos Santos e Maria Yvone Ribeiro, estabeleceram diálogo com os presos políticos que ficavam presos em uma das alas do DOPS-PE.

Rosa Maria e Maria Yvone que foram presas no Rio Grande do Norte foram transferidas do DOPS-RN para o DOPS-PE. Rosa e Maria, contam que em represália por não terem denunciado ninguém, não terem dado informações à polícia política sobre os companheiros de luta, ou sobre operações que seriam feitas, ficaram presas na área destinada a presos e presas comuns. Nesse espaço apenas uma cela era destinada às mulheres, todas as outras eram lotadas por homens.

Ao descrever o espaço em que ficou presa, a imagem que mais aparece em sua descrição é da presença de baratas. Rosa Maria conta que era um espaço pequeno, onde havia um sanitário construído no chão, modelo de sanitário construído com tijolos e cimento, sem a presença do vaso sanitário. E de onde provinham muitas baratas:

[...] Quando ia dando o entardecer essas paredes e o chão, tudo ficava completamente coberta de baratas, então foi uma coisa assim... uma cena que a gente não consegui esquecer, eu e a Yvone, foi uma das coisas que nos marcou muito. No começo, nós começamos a chinelar e a matar as baratas, mas não adiantava que elas morriam e tinha mais uma centena de baratas, completamente coberta de barata e nós num tínhamos onde dormir, né... nos deixaram lá treze dias, nós tínhamos que deitar no chão e nos acostumamos com as baratas passando no rosto, pela cabeça, por onde fosse [...] (Depoimento de Rosa Maria Santos)

15 CERTEAU, Michael. *A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Nos depoimentos dados em documentários, jornais e para a Comissão da Verdade é frequente encontrar relatos de exposições a animais e insetos, como forma de tortura praticada pelos militares. Mas se o ambiente era propício para torná-las tristes, e produzir servidões diminutivas, como nomeia Deleuze¹⁶. Rosa Maria e Maria Yvone potencializaram os encontros com os presos comuns, resistiram ao espaço impróprio para a habitação do ser humano, criaram, resistiram. Sobre isso Rosa Maria narra:

Ai eu falei para Yvone “- Yvone, eles tão achando que isso é terrível pra gente, num é tão terrível assim, dá pra gente, esse tipo de situação dá pra gente aguentar, muito pior é o que eles fizeram aos nossos companheiros e... que a gente sabe a cantar, cantar, cantar, cantar e então a gente vai resistir legal.” Então começamos a cantar, cantar, cantar, cantar e então os presos ficaram muito impressionados com isso, né... eles ficavam tudo assim grudados na cela, a cela não era exatamente de frente, a cela deles ficava... a nossa ficava um pouco enviesada assim, a deles assim, a nossa assim... (demonstrando com as mãos as posições das celas), mas eles ficavam dependurado tentando nos ver e perguntavam “que que vocês tão fazendo aí? Vocês num tem cara de bandido”, né... “o que é que vocês fizeram?” né... E a gente dizia: “- Nós somos contra o governo, lutamos contra a ditadura.” Então eles conseguiram um jornal lá, e colocaram... a gente colocou as cabeças, era o único jeito que a gente tinha pelo menos de privar, de poupar um pouco nosso rosto de ficar no chão em contato com aquelas baratas, então eles ajudaram isso, inclusive nos ajudaram mais até por que é... um deles ia sair no dia seguinte e se propôs a levar num endereço que Yvone... cortou um pedacinho desse jornal fez um bilheteinho para um parente de Yvone, alguma coisa assim e eles levaram, ele levou mesmo, ele se comprometeu de levar e levou o recado pra família de Yvone. (Depoimento de Rosa Maria Santos)

No depoimento acima, está presente a força vital destas Marias, que como tantas outras aproveitaram as ínfimas oportunidades e denunciaram a ditadura, gritaram sobre o sistema repressor. Junto aos chamados presos comuns (aqueles que cometiam crimes como roubo, tráfico, entre outros), falaram que eram contra o sistema e por isso estavam presas, esse simples fato de dizer o porquê de estarem ali foi uma denúncia, haja vista que muitos daqueles/as que ali estavam presos/as não sabiam das formas repressivas impugnadas pela ditadura comandada pelos militares. E ao estabelecerem contato com eles/as, elas deixavam testemunhas de sua passagem naquela instituição.

O ato de não se deixar abater, não se deixar afetar pelas paixões tristes, que segundo o que nos diz Deleuze¹⁷, as paixões tristes acontecem quando a potência de um corpo se opõe à potência de nosso corpo, operando assim uma subtração, desta forma a nossa potência de agir é diminuída, impedida. Afastar-se dessas paixões tristes só foi possível graças aos atos de solidariedade, ou aos termos de Deleuze¹⁸, as afetações pelas paixões alegres, aquelas que potencializam de forma aumentativa os corpos e proporciona a ação.

Paixões alegres, como a dos presos comuns que mesmo sem muitos recursos, formas de mobilização, conseguiram um jornal para que Rosa Maria e Maria Yvone pudessem proteger os rostos do contato com as baratas. E o detento que ao saber que no dia seguinte estaria em liberdade se propôs a levar um recado para algum familiar, possivelmente avisando o paradeiro delas. Ações como essas, salvaram vidas, de forma direta ou indireta. Sendo o veículo para que os familiares encontrassem-nas e buscassem a legalidade da prisão, acionando advogadas/os.

Dos Laços de Afetividade ou Do Como Foi Possível (Sobre)Viver

16 DELEUZE, Gilles. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.

17 *Idem*, p.57.

18 *Ibidem*

O filósofo Michel Foucault, escreveu em *Microfísica do Poder*¹⁹(2012), que para o exercício do poder disciplinar se faz necessária a combinação do controle sobre o tempo e o controle sobre espaço. Ao ouvir os relatos orais das mulheres ex-presas políticas do Bom Pastor-PE, percebo que a combinação do tempo e do espaço é também elemento fundamental para a prática da “indisciplina”, das *burlas* como nomeou Certeau²⁰ ou *resistência*, nos termos de Deleuze²¹.

Estas práticas foram fundamentais para a (sobre)vivência na prisão. Estar presa na Colônia Penal Feminina do Bom Pastor- PE, para a maioria das presas políticas era um alívio, um suspiro mínimo, em meio à tormenta que era estar no DOPS ou no DOI-CODI. O Bom Pastor- PE era uma penitenciária dirigida pela Igreja Católica, que tinha o viés de recuperação e ressocialização das detentas, para tanto dentro da instituição se aprendia alguns cursos, a exemplo dos cursos de culinária de doces e pães. No ano de 1969 é que temos o primeiro registro de presa política levada à Colônia o que perdurou até 1979.

Por ser comandada por freiras e padres, o Bom Pastor - PE tinha uma organização diferente das conhecidas pelas presas políticas, haja vista que anteriormente passaram pelo DOPS ou DOI-CODI, instituições de caráter extremamente repressivo. Dentro do Bom Pastor, não se praticava a tortura física, as celas das presas políticas ficavam abertas e o tratamento das freiras, que nesse espaço exerciam a atividade de carcereira, não era de truculência, e em muitos relatos aparecem estabelecendo uma relação de afetividade, de carinho e ajudando facilitar a vivência das presas políticas naquele espaço.

Essa relação amistosa e até carinhosa entre as freiras e as presas políticas, não era apenas por ser uma instituição comandada por uma ordem religiosa, haja vista, o que diz Vera Striguini ao ser levada do Bom Pastor- PE para o Bom Pastor- RS, em Porto Alegre:

Lá o sistema era muito pior, muito pior, nós ficávamos dentro de celas fechadas, aquilo que tinha sido concebido como celas de castigo para presas comuns, eles nos botaram lá, e... éramos tratadas completamente diferentes daqui, e eu atribuo essa diferença, que lá não tinha um Dom Helder Câmara, o bispo de lá não queria saber de preso político. (Depoimento de Vera Striguini)

A convivência facilitada, amistosa e menos impactante se dava então por um direcionamento político tomado por Dom Helder Câmara, bispo de Olinda e Recife neste período. As diretrizes políticas tomadas pela maioria dos integrantes da Igreja Católica no estado de Pernambuco e que tinha o bispo Dom Helder Câmara como líder, conhecido no estado, por interceder, procurar ajuda jurídica e muitas vezes procurar a família de presas/os políticas/os que estavam incomunicáveis.

Mesmo que a chegada a Bom Pastor-PE tenha sido narrada por boa parte das presas políticas, como sendo um momento de alívio, alegria, isso não quer dizer que não foi difícil, que não houve momentos de solidão, ou como narra Yara Falcon “[...] claro que dentro de uma prisão a gente num pode dizer que foi tranquilo, por que a gente nunca sabe o que vai ser o dia de amanhã [...]”. Mas para muitas dessas mulheres que antes de chegar ao Bom Pastor-PE, passaram pelo DOPS e/ou DOI-CODI e foram espancadas, tiveram seus corpos marcados pela brutalidade e violência, chegando inclusive a ficar no limiar da vida e da morte, perdendo a sensibilidade de alguns membros, e no caso de Nancy Mangabeira Unger²², perdendo o polegar da mão direita.

19 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro, 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 20 CERTEAU, *op. cit.*

21 DELEUZE, Gilles et al. *L'abécédaire (O abecedário)*. PARIS: Éditions Montparnasse, 2004.

22 Nancy Mangabeira Unger, também foi militante e presa política na Colônia Penal do Bom Pastor -PE. Seu depoimento também integra a construção do documentário *Vou contar para meus filhos*.

Chegar ao lugar onde só tinha mulheres, deixando assim os constrangimentos e assédios sexuais existentes no DOPS e DOI-CODI, e encontrar outras companheiras de luta, onde os encontros e despedidas eram sempre calorosos, era de fato um suspiro aliviado. Como veremos adiante no Bom Pastor-PE foi possível a realização de alguns eventos impensados dentro de uma penitenciária, o que mostra os mais variados cotidianos prisionais, as múltiplas formas de se caminhar dentro das instituições, as fendas abertas nos sistemas, as *burla*.

A foto abaixo conta a história de “amor e revolução”, o casamento de Yara Falcon com seu noivo, na época também preso. O casamento foi possibilitado através de solicitações na auditoria militar, feitas pela mãe de Yara. O dia era 28 de agosto de 1970. Queria-se uma cerimônia reservada, conta Yara, mas os militares permitiram a entrada de alguns jornalistas. Era estratégico para os militares divulgarem manchetes com esse tipo de informação, era uma forma de mostrar outra face, que não a repressora, para a sociedade, já que o Regime ditatorial precisava manter diante da sociedade as máscaras da legalidade, para que assim tivesse o mínimo de aceitação social.



Figura 1: Casamento de Yara Falcon, na Colônia Penal do Bom Pastor em 1970, retirada do documentário *Vou contar para meus filhos*, 2011.

A cerimônia foi toda montada dentro do Bom Pastor- PE, o casamento foi na capela da instituição, o vestido da noiva foi feito pelas presas comuns, assim como o penteado do cabelo e a maquiagem. Os doces também foram produzidos na Colônia e os familiares das outras presas políticas trouxeram alguns pratos para compor a festa.

Como todo momento era usado como ato político, forma de subverter a “ordem”, praticar a resistência, mas uma vez as militantes fizeram fendas nas malhas de poder. Yara entrou na capela do Bom Pastor-PE para casar ao som do Hino da Internacional Comunista, tocado pela Vera Striguini, também presa política. O medo a cada nota, conta Vera, mas passou despercebido pelos policiais. Nos jornais, a manchete dizia “presa política casou ao som de músicas alegres”, conta Yara.

Se resistir é criar, como afirma Deleuze²³, Yara resistiu ao casar nessas circunstâncias, pois essa era a única forma possível para que ela e o noivo pudessem se ver aos domingos, dia destinado a visitas. Vera e Yara resistiram ao fazerem do Hino da Internacional Comunista a marcha nupcial. Tornando a cerimônia de casamento, sobretudo um ato político.

Assim como o casamento foi transformado num ato também político, a maternidade também foi. Helena Serrazul, que estava grávida ao ser presa, pariu Manoel, Calanguinho

23 DELEUZE, *op.cit.*

como ficou conhecido na Colônia. Helena criou Manoel até os dez meses dentro da Colônia Penal, posteriormente ele passou a morar com a avó materna até que Helena estivesse em liberdade. Nesses dez meses, Calanguinho, tornou-se filho de dez mulheres, também presas políticas. No relato dessas mulheres, esse período que Calanguinho passou com elas é muito forte, e dizem “uma pariu, mas todas o criamos”. Dentro da Colônia, Manoel foi batizado, com celebração regada a comes e bebes e muita música, tudo organizado pelas freiras e os familiares das presas políticas, conta Helena. Porém, esses momentos não fizeram essas mulheres perderem de vista, que aquele espaço cerceava suas liberdades, as colocava sempre a disposição da polícia política, aceitar está ali não era um viés de pensamento.

Dentro da Colônia elas continuavam se movimentando como podiam para derrubar a ditadura, arrumando meios de obter informações externas, escrevendo manifestos, cartas para seus familiares e companheiros, lendo, aprendendo outras línguas, mantendo o corpo saudável através de exercícios físicos, cantando e tocando para espantar os males. Enesse momento (sobre) viver onde a ordem era morrer, já era uma forma de lutar contra os opressores, os torturadores.

O poder soberano, conceituado por Foucault²⁴, onde “O soberano só exerce, no caso, seu direito sobre a vida, exercendo seu direito de matar ou contendo-os; só marca seu poder sobre a vida pela morte que tem condições de exigir.” Esse conceito, é fundamental para entendermos as nuances dessa relação entre o Estado ditatorial e as/os militantes que se opunham ao sistema. Ao soberano, aqui configurado na figura do Estado, tinha o direito “de vida e morte” é, de fato, o direito de *causar* a morte ou de *deixar viver*²⁵.

E foi dentro dessa relação de poder, em que essas mulheres capturadas em todos os sentidos da palavra – capturada- enquanto prisioneiras de um sistema repressor e capturadas fisicamente dentro de instituições prisionais. Sobre a prisão enquanto instituição, Dulce Chaves Pandolfi diz em depoimento ao documentário, que a prisão é uma instituição total, onde se passa dia e noite. Onde se é vigiada, observada, docilizada, em tempo integral. Tal fala remete as ideias contidas no livro *Vigiar e punir* de Foucault²⁶, onde este analisa os variados métodos de punição daqueles considerados delinquentes. Na fala de Dulce está muito presente a figura do “panóptico”, uma espécie de torre construída no centro da prisão, de onde tudo podia ser visto. Mas a ideia que permeia tal espaço de vigilância é causar, às presas e presos, a ideia de uma vigilância onipotente, onisciente e onipresente.

Foi dentro dessa relação de poder, desse espaço de vigilância, de docilização de corpos, que elas ousaram escapar, *burlar*, resistir. (Re)inventaram-se, construíram uma outra forma de viver a/na prisão, cuidaram de si e das outras, como mostra as figuras abaixo:



Figura 2: Presas políticas fazendo exercícios físicos, retirada do documentário *Vou contar para meus filhos*, 2011.

24 FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p.148.

25 *Idem*.

26 FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro, 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.



Figura 3: Presas políticas pousam no jardim do Bom Pastor-PE, retirada do documentário *Vou contar para meus filhos*, 2011

As figuras 2 e 3 mostram as presas políticas em seu cotidiano dentro da Colônia Penal do Bom Pastor-PE. O local se assemelha a uma chácara, comportando um amplo espaço ao ar livre e muitas plantas. Na primeira fotografia: quatro das presas políticas praticam yoga, exercício que ajuda a relaxar o corpo e mente. Na segunda: sete delas pousando sorridentes para foto ao lado de plantas, do jardim que elas ajudavam a plantar e cuidar.

Momentos como esses eram vividos intensamente, eram experienciados, precisavam ser memorizados, pois eram potencializadores, geravam ação. Eram momentos de companheirismo, de cuidado de si²⁷ e do mundo, manter corpo e mente saudável, possibilitou a essas mulheres aguentarem os anos de prisão, as torturas e a manutenção da sanidade mental, o que nem todas conseguiram. Apostaram na solidariedade como narra Helena Serrazul

[...] eu acho que é uma questão de dialética, tudo existe, tem o lado terrível, tem o lado da ditadura, mas tem o lado da solidariedade, eu acho que tem os dois lados da vida, e eu sempre assim... levo muito em consideração o lado da solidariedade, sabe... por que eu acho que assim a gente consegui viver e sobreviver e ir pra frente e construir um mundo melhor. (Depoimento de Helena Serrazul)

Solidariedade essa que fazia com que as freiras ao saberem que teria uma vitória na Colônia Penal, escondessem as cartas que estavam em posse das presas políticas. Solidariedade que fez com que Erlita Rodrigues, ao receber seu alvará de soltura, passasse mais um dia de sua vida na prisão, para que Maria Teresa Vilaça, que ficaria sozinha a partir daquele momento, tivesse sua companhia por mais um dia, “[...] era pra eu sair de manhã e eu não sei, vim sair cinco, seis horas da tarde pra ficar ainda o dia com ela” (Depoimento de Erlita Rodrigues). Solidariedade que nas palavras de Rezende²⁸ “[...] constitui uma forma de resistir ao individualismo exagerado que toma conta das relações sociais na contemporaneidade”. Sendo assim, a solidariedade era concomitante aos ideais revolucionário defendido por essas mulheres, onde a justiça social fosse de fato abrangente a todas as camadas da população. E deve-se também a essa prática a (sobre)vivência da maioria delas.

27 Pensamos o cuidado de si a partir dos escritos do filósofo Michel Foucault. Onde o mesmo traça um longo caminho sobre o cuidado de si em três períodos da Grécia Antiga. Tomamos aqui o cuidado de si como uma prática de ocupação de si mesmo, porém como expõe o filósofo, esta ocupação e cuidado está ligado a todo um contexto social, onde não se é possível cuidar sozinho de si, esta prática só podendo ser exercida na troca com o outro. Portanto o cuidado de si está intimamente relacionado com o cuidado do outro. Ver: FOUCAULT, “Michel A Ética do Cuidado de Si Como Prática da Liberdade” In: *Ética, sexualidade, política. Col. Ditos e Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. 28 RESENDE, Antônio Paulo. Solidariedade: os limites e as resistências. In: *Estudos de Sociologia. Rev. do Programa de Pós- Graduação em Sociologia da UFPE*. v. 10. n. 1,2, p.45.

Tecendo Considerações

Como proferimos nos primeiros parágrafos deste escrito, chegarmos a uma resposta única, fixa, de como foi possível a estas mulheres (sobre)viverem a tudo o que foi acima colocado, não é possível. O que resta é tecer linhas de pensamentos, alinhavando o tecido do tempo, com as agulhas da memória e trazermos esses questionamentos para o campo da história, tornando assim essas experiências conhecidas e marcadas nas páginas historiográficas.

Buscando inclusive expor as contradições da época, a multiplicidade das formas de viver a militância, a clandestinidade, a clausura nas prisões. As incontáveis motivações de militância, as diversas derivações ideológicas. Pensar em mulheres plurais, militantes plurais. Que se diferenciavam pelas culturas regionais, pela forma de se entender e estar mulher no mundo, pelas múltiplas formas de perceber os caminhos políticos e por tanto as diferentes formas de sentir as práticas do regime militar e de sentir cada momento vivido nestes anos.

Ao longo do texto vimos nas histórias narradas, o que endossa o filósofo Foucault “Não imagine que precise ser triste para ser militante”, mulheres que ousaram lutar dentro de um espaço destinados em sua maioria a homens, que ousaram gritar pela liberdade, que ousaram (sobre)viver aos tempos sombrios, sem perder a alegria, a potência de agir. E é nesse ato que reside à verdadeira força revolucionária, como nos afirma o filósofo.

Mais do que histórias sobre corpos torturados, essas são narrativas de resistências, de companheirismo, de amor e amizade. Mas do que uma luta para derrubar um sistema político, foi uma luta pela vida, pelos direitos humanos. São histórias de mulheres que fizeram suas próprias histórias, movendo-se no espaço a partir das possibilidades de seu tempo.

O que nos resta então é aprender com a roda da história e com as narrativas de experiências dessas mulheres, que foram reelaboradas, repensadas e ponderadas ao longo dos quase trinta anos, entre o fim da ditadura e a produção do documentário, mas que trazem a possibilidade de histórias outras, sobre um período recente do Brasil. E apostarmos na força dos afetos e da solidariedade. Lutando contra os fascismos todos e de todos os dias.